

Casal vai à Justiça para receber gastos com parto

Ana Araújo

O casal Laércio e Zenaide Barros de Sousa vai colocar em prática o artigo 196 da Constituição Federal, que afirma que "a saúde é direito de todos e dever do Estado" e entrar com processo contra a Fundação Hospitalar para que o GDF pague cerca de CR\$ 1,26 milhão que o Hospital Santa Lúcia cobrou pelo parto do filho Tiago, em março deste ano. Segundo Laércio, que ganha 1,5 salário mínimo, sua mulher se internou na clínica particular porque percorreu quatro hospitais da rede pública e em nenhum deles havia vaga.

No último sábado, um oficial de Justiça foi até a casa de ambos com ação de execução exigindo que fizessem o pagamento da dívida em 24 horas. O advogado do casal, Auro Vidigal, afirmou que entrará com processo contra a FHDF porque seus clientes, que não estão pagando a ele nenhum honorário, têm comprovante de guia de atendimento de emergência de que passaram pelos hospitais regionais de Taguatinga, Sobradinho, Asa Norte e Asa Sul, este último especializado em maternidade. "No HRAS, as atendentes afirmaram que não havia vaga no berçário e, como o caso era de alto risco, não poderia ser feito o atendimento, mesmo a paciente já em trabalho de parto", argumenta Auro, mostrando as GAEs, que foram juntadas ao processo.

Parto — Segundo Zenaide, que teve o parto prematuro, quando a gravidez entrava no sexto mês, ela e o marido vagaram pelos hospitais durante mais de duas horas e, ao chegarem no Santa Lúcia, seu marido tentou se informar de quanto era a tabela de preço do parto. "Como o atendente disse que o valor só seria calculado no dia seguinte, depositamos a caução de CR\$ 6 milhões, achando que seria até menos que isso", conta. A surpresa, no entanto, dos familiares foi quando a conta chegou: os dois dias de internamento da mãe e filho custaram CR\$ 151,34 milhões, na época, quando o salário de Laércio não passava de CR\$ 4 milhões.

O marido da paciente afirmou que seria impossível fazer o pagamento, mas deixou para a direção do hospital dois cheques, mesmo sabendo que não tinham fundos. "Esperávamos negociar com o Hospital Santa Lúcia, mas depositaram o



Tiago, filho de Zenaide, sofre as seqüelas de parto retardado

cheque duas vezes e todas as minhas contas estão bloqueadas", contou Laércio, sem se arrepender de ter internado a esposa. Ela poderia ter morrido junto com a criança, caso o parto não fosse feito em minutos, conforme depoimento do médico que a atendeu no Hospital Regional de Sobradinho. Este depoimento também está anexado ao processo.

Apesar de ter sido feito o parto, a demora de mais de duas horas entre um hospital e outro provocou falta de oxigenação à criança. Por causa disso, Tiago, de oito meses, que ficou internado no Hospital Regional de Taguatinga e HRAS por dois meses, apresenta um retardamento no desenvolvimento, sem os movimentos comuns às crianças de sua idade.